

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1005496-22.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **Kelly Priscila Rodrigues**
 Requerido: **Tradição Organização e Cobrança Ltda**

KELLY PRISCILA RODRIGUES ajuizou ação contra TRADIÇÃO ORGANIZAÇÃO E COBRANÇA LTDA, alegando, em suma, que é devedor da importância alusiva a um cheque de sua emissão, que não foi compensado na época própria e que se encontra em poder do requerido, protestado inclusive, almejando agora a extinção da obrigação, mediante o depósito do respectivo montante, para obter a quitação e a suspensão de anotações restritivas em órgãos de proteção ao crédito.

Depositou a importância oferecida.

Deferiu-se tutela provisória.

Citada, a ré não contestou o pedido, fazendo-o por negativa geral.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A autora emitiu cheque, que não foi compensado na época própria, almejando agora a extinção da obrigação, mediante a consignação em pagamento, porquanto o pagamento diretamente ao credor ficou frustrado, pela circunstância de não ter sido encontrado. Nessa circunstância, a única alternativa, para libertar-se da obrigação, é mesmo consignar o equivalente, que ficará depositado à disposição do credor, quando se interessar.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Pondere-se a ausência de contestação, a despeito da citação pessoal, induzindo concordância tácita com os pedidos.

Nem se alegue que a mora anterior impeça a medida ora promovida.

Com efeito, não encontrado a credora e pretendendo o autor depositar a quantia correspondente ao débito, acrescida de correção monetária e juros de mora, é de se aplicar ao caso a regra contida no artigo 335, III, do Código Civil, que dispõe que “a consignação tem lugar: III - se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil”, consistindo esta ação consignatória o meio adequado de o devedor liberar-se da obrigação, de sorte que é de rigor reconhecer o interesse processual do recorrente, na modalidade adequação, para a propositura desta ação de consignação em pagamento (TJSP, APELAÇÃO N. 0970055-68.2012.8.26.0506, Rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, j. 07.03.2016).

Conforme precedentes do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Apelação Cível nº 0017982-73.2012.8.26.0562 Apelante: GUACIMARA SETTANI COSTA Apelado: BANCO BRADESCO S/A COMARCA: SANTOS VOTO Nº 15140 - Ação de Consignação em pagamento. Cheque devolvido por insuficiência de fundos. Devedor em Mora - Pretensão de quitação da dívida e obtenção por consequência do cancelamento das inscrições desabonadoras. Possibilidade. Ação de consignação em pagamento que se justifica nos termos do artigo 335, II e III do CPC O devedor em mora também pode valer-se do expediente consignatório, não havendo qualquer impedimento legal. Cheque emitido para depósito exclusivo na conta do réu e alegação deste de que a autora nada lhe deve, que, aliada à prescrição da obrigação por ele representada, que autoriza a procedência da ação, com aplicação do artigo 898 do CPC, convertendo-se o depósito judicial em arrecadação de bens de ausentes. Manutenção dos ônus da sucumbência. Sentença reformada -Apelo provido. (12ª Câmara de Direito Privado, Relator Des. Jacob Valente, julgado em 15.10.2013, TJ-SP).

APELAÇÃO Nº 7.294.074-4, da Comarca de SÃO PAULO, sendo apelante MÁRCIO QUEIROZ BISPO e apelado ATUAL ASSESSORIA COBRANÇA S/C LTDA.Consignação em pagamento. Valor de título protestado. Indeferimento da inicial. Descabimento. Ação necessária. Credora em local incerto ou não sabido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Quitação que não pode ser efetuada diretamente no Cartório de Protesto. Direito à quitação pela via consignatória. Aplicação do art. 334, c.c. o art. 335, III, do CC. Recurso provido. (17ª. Câmara de Direito Privado, Relator Des. Erson Teodoro de Oliveira, julgado em 12.12.2008, TJ-SP).

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. Pretensão de consignação de valor, acrescido de correção monetária e juros de mora, expresso em nota promissória protestada por falta de pagamento para viabilizar o cancelamento do protesto do título e a exclusão do nome do autor de cadastros de inadimplentes. Credora não foi localizada para receber o pagamento. Interesse de agir configurado. Custas e despesas processuais devidas pela ré. Hipótese em que a impossibilidade de localização da credora é que deu causa à propositura da ação consignatória. Sucumbência que decorre do princípio da causalidade. Imposição à ré do encargo de custear o pagamento das despesas processuais. Circunstância, entretanto, em que a parte beneficiária da gratuidade processual não tem interesse recursal no que toca à fixação de honorários advocatícios. Interesse do advogado não alcançado pela benesse concedida à parte. Deserção caracterizada (art. 511, § 2º, do CPC). Ausência de requisito de admissibilidade recursal. Recurso não conhecido neste aspecto. Assistência judiciária gratuita. Benefício que também abrange custas e emolumentos cobrados pelos cartórios extrajudiciais. Existência de precedentes do Col. Superior Tribunal de Justiça e desta Corte. Recurso em parte conhecido e, nesta, provido (TJSP, APELAÇÃO N. 0970055-68.2012.8.26.0506, Rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, j. 07.03.2016).

Diante do exposto, acolho os pedidos e julgo extinta a obrigação da requerente, perante a requerida, relativamente à obrigação pecuniária atinente ao cheque emitido e não compensado pelo banco sacado, ficando à disposição da requerida o valor depositado em juízo.

Decreto o cancelamento do protesto; expeça-se mandado após o trânsito em julgado.

Decreto também o cancelamento de anotações cadastrais em órgãos de proteção ao crédito.

Condeno a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios fixados em 20% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

P.R.I.C.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

São Carlos, 02 de maio de 2016.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**